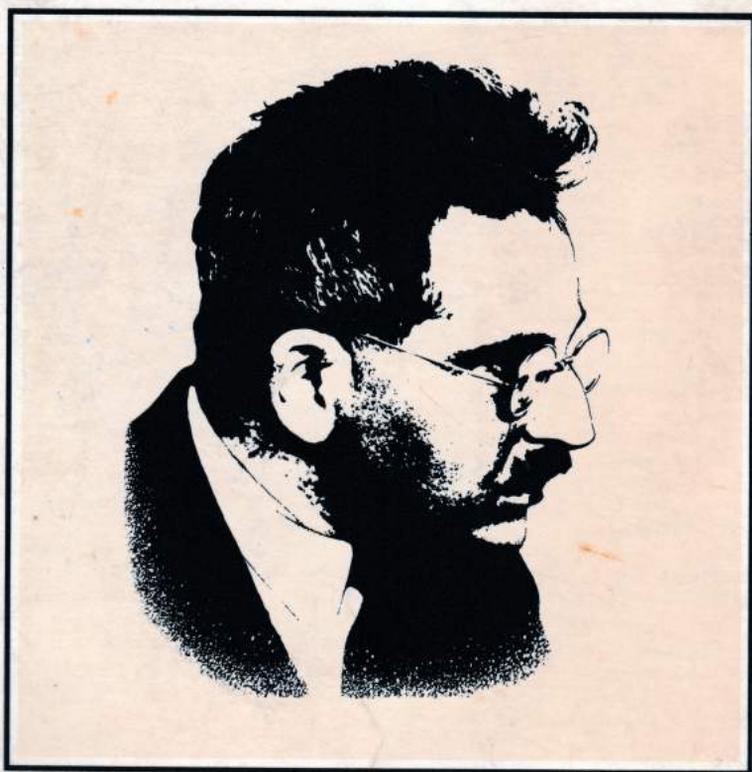


Benjamin Habermas Horkheimer Adorno



Os Pensadores

TÉCNICA E CIÊNCIA ENQUANTO “IDEOLOGIA”

Para os 70 anos de Herbert Marcuse, no dia 19-VII-1968

Max Weber introduziu o conceito de “racionalidade” a fim de determinar a forma da atividade econômica capitalista, das relações de direito privado burguesas e da dominação burocrática. Racionalização quer dizer, antes de mais nada, ampliação dos setores sociais submetidos a padrões de decisão racional. A isso corresponde a industrialização do trabalho social, com a consequência de que os padrões de ação instrumental penetram também em outros domínios da vida (urbanização dos modos de viver, tecnicização dos transportes e da comunicação). Trata-se, em ambos os casos, da propagação do tipo do agir racional-com-respeito-a-fins: aqui ele se relaciona à organização dos meios, lá à escolha entre alternativas. A planificação pode finalmente ser concebida como um agir racional-com-respeito-a-fins, de segundo grau: ela se dirige para a instalação, para o aperfeiçoamento ou para a ampliação do próprio sistema do agir racional-com-respeito-a-fins. A “racionalização” progressiva da sociedade está ligada à institucionalização do progresso científico e técnico. Na medida em que a técnica e a ciência penetram os setores institucionais da sociedade, transformando por esse meio as próprias instituições, as antigas legitimações se desmontam. Secularização e “desenfeitiçamento” das imagens do mundo que orientam o agir, e de toda a tradição cultural, são a contrapartida de uma “racionalidade” crescente do agir social.

I

Herbert Marcuse partiu dessa análise para mostrar que o conceito formal de racionalidade — que Max Weber tirou do agir racional-com-respeito-a-fins do empresário capitalista e do trabalhador industrial assalariado, do agir racional-com-respeito-a-fins da pessoa jurídica abstrata e do funcionário administrativo moderno e que ligou aos critérios tanto da ciência como da técnica — tem implicações materiais determinadas. Marcuse está convencido de que, no processo que Max Weber chamou de “racionalização”, dissemina-se não a racionalidade como tal, mas, em seu nome, uma determinada forma inconfessada de dominação política. Visto que se estende à escolha correta entre estratégias, ao emprego adequado de tecnologias e à organização de sistemas de acordo com fins (no caso, com objetivos *estabelecidos* em situações *dadas*), essa espécie de racionalidade

* Traduzido do original alemão: “Technik und Wissenschaft als ‘Ideologie’”, na obra homônima, Frankfurt am Main, 1968, Suhrkamp Verlag, pp. 48-103.

subtrai à reflexão a contextura de interesses globais da sociedade — ao serem escolhidas as estratégias, empregadas as tecnologias e organizados os sistemas —, furtando-a a uma reconstrução racional. Além disso, aquela racionalidade se estende apenas às relações que podem ser manipuladas tecnicamente e, por isso, exige um tipo de agir que implica na dominação, quer sobre a natureza, quer sobre a sociedade. O agir racional-com-respeito-a-fins é, segundo sua estrutura, o exercício do controle. Por isso, a “racionalização” de relações da vida segundo padrões dessa racionalidade significa o mesmo que a institucionalização de uma dominação que se torna irreconhecível enquanto política: a razão técnica de um sistema social de agir racional-com-respeito-a-fins não perde seu conteúdo político. A crítica de Marcuse a Max Weber chega à seguinte conclusão: “Talvez o próprio conceito de razão técnica seja uma ideologia. Não apenas a sua aplicação, mas já a própria técnica é dominação (sobre a natureza e sobre o homem), dominação metódica, científica, calculada e calculadora. Não é apenas de maneira acessória, a partir do exterior, que são impostos à técnica fins e interesses determinados — eles já intervêm na própria construção do aparato técnico; a técnica é sempre um projeto (*Projekt*) histórico-social; nela é projetado (*Projektiert*) aquilo que a sociedade e os interesses que a dominam tencionam fazer com o homem e com as coisas. Tal objetivo da dominação é ‘material’ e, nessa medida, pertence à própria forma da razão técnica.”¹

Já em 1956, Marcuse, num contexto totalmente diferente, apontou para um fenômeno peculiar, o de que a dominação nas sociedades capitalistas industrialmente desenvolvidas tende a perder o seu caráter explorador e opressivo e a tornar-se “racional”, sem que com isso a dominação política desapareça: “a dominação só continua a depender da capacidade e do interesse de manter e ampliar o aparato como um todo”.² A racionalidade da dominação se mede pela manutenção de um sistema que pode se dar à liberdade de fazer do crescimento das forças produtivas ligadas ao progresso técnico-científico o fundamento da sua legitimação, embora, por outro lado, o nível das forças produtivas designe justamente também o potencial que, tomado como medida, faz com que as privações e ônus impostos aos indivíduos pareçam cada vez mais desnecessários e irracionais.³ Marcuse pretende reconhecer a repressão objetivamente supérflua na “submissão cada vez mais intensa dos indivíduos ao monstruoso aparato de produção e de distribuição, na desprivatização do tempo livre, na quase indiferenciável fusão do trabalho social construtivo e destrutivo”. Mas, paradoxalmente, essa repressão pode desaparecer da consciência do povo, pois a legitimação da dominação assumiu um novo caráter: qual seja, o da referência à “sempre crescente produtividade e domínio da natureza, que ao mesmo tempo provê o sustento dos indivíduos, dando-lhes uma vida cada vez mais confortável”.

¹ “Industrialisierung und Kapitalismus im Werk Max Webers”, in *Kultur und Gesellschaft II*, Frankfurt/M., 1965.

² *Trieblehre und Freiheit*, in *Freud in der Gegenwart*, Frankf. Beitr. z. Soz. Bd. 6, 1957.

³ *Op. cit.*, p. 403.

O crescimento das forças produtivas institucionalizado com o progresso técnico-científico rompe com todas as proporções históricas. É isso que dá ao quadro institucional sua chance de legitimação. A idéia de que as relações de produção possam ser medidas pelo potencial das forças produtivas desenvolvidas é descartada pelo fato de que as relações de produção existentes se *apresentam* como a forma de organização *tecnicamente necessária* de uma sociedade racionalizada. A "racionalidade" no sentido de Max Weber revela as suas duas faces: ela não é mais somente um padrão de crítica para o nível das forças produtivas, diante do qual a repressão objetivamente supérflua das relações de produção historicamente caducas pode ser desmascarada, mas ela é ao mesmo tempo um padrão apologético pelo qual essas mesmas relações de produção podem ser ainda justificadas como um quadro institucional funcionalmente adequado. Na verdade, com respeito à sua utilidade apologética, a "racionalidade" enquanto padrão de crítica perde a sua força incisiva e é rebaixada a corretivo *dentro* do sistema; o que então se pode dizer ainda é, em todo caso, que a sociedade está "mal programada". Ao nível do seu desenvolvimento técnico-científico, as forças produtivas parecem portanto entrar numa nova constelação com as relações de produção: elas agora não mais funcionam como fundamento da crítica das legitimações em vigor para os fins de um iluminismo político, mas, em vez disso, convertem-se elas próprias no fundamento de legitimação. Isso é concebido por Marcuse como uma novidade na história mundial.

Mas, se é assim que as coisas se comportam, será que a racionalidade, que se encontra incorporada nos sistemas do agir racional-com-respeito-a-fins, não deve então ser compreendida como uma racionalidade que sofreu uma específica restrição? Em vez de reduzir a racionalidade da ciência e da técnica a regras invariantes da lógica e do agir controlado pelo sucesso, não seria preferível pensar que ela absorveu em si um *a priori* material, surgido historicamente e portanto perecível? Marcuse responde afirmativamente a essa questão: "Os princípios da ciência moderna foram estruturados *a priori* de modo a poderem servir de instrumentos conceituais para um universo de controle produtivo que se perfaz automaticamente; o operacionalismo teórico passou a corresponder ao operacionalismo prático. O método científico que levou à dominação cada vez mais eficaz da natureza passou assim a fornecer tanto os conceitos puros, como os instrumentos para a dominação cada vez mais eficaz do homem pelo homem *através* da dominação da natureza [...] Hoje a dominação se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas *enquanto* tecnologia, e esta garante a formidável legitimação do poder político em expansão que absorve todas as esferas da cultura. — Nesse universo a tecnologia provê também a formidável racionalização da não-liberdade do homem e demonstra a impossibilidade "técnica" de ser ele autônomo e de determinar a sua própria vida. Isso porque essa não-liberdade aparece, não como irracional ou política, mas antes como uma submissão ao aparato técnico que amplia as comodidades da vida e aumenta a produtividade do trabalho. Assim a racionalidade tecnológica protege, em vez de suprimir, a legitimidade

da dominação e o horizonte instrumentalista da razão se abre sobre uma sociedade racionalmente totalitária".⁴

A "racionalização" de Max Weber não é apenas um processo a longo prazo de modificação das estruturas sociais, mas é ao mesmo tempo "racionalização" no sentido de Freud: o verdadeiro motivo, a manutenção de uma dominação objetivamente caduca, é encoberto pela invocação dos imperativos técnicos. Essa invocação só é possível porque a racionalidade da ciência e da técnica já é, de modo imanente, uma racionalidade de manipulação, uma racionalidade de dominação.

Marcuse deve essa concepção de que a racionalidade da ciência moderna é uma formação histórica tanto ao ensaio de Husserl sobre a crise da ciência européia, como à destruição heideggeriana da metafísica ocidental. No contexto materialista, foi Bloch que desenvolveu o ponto de vista segundo o qual a racionalidade da ciência desfigurada no capitalismo rouba também, à técnica moderna, a inocência de uma pura força produtiva. Mas só Marcuse faz do "conteúdo político da razão técnica" o ponto de partida analítico para uma teoria da sociedade capitalista em fase tardia. Desde que a sua pretensão era não só a de desenvolver filosoficamente esse ponto de vista, mas também a de confirmá-lo pela análise sociológica, as dificuldades da concepção podem ser evidenciadas. Gostaria de indicar aqui apenas uma insegurança que surge na obra de Marcuse.

II

Se o fenômeno ao qual Marcuse liga a sua análise da sociedade — a saber, a *fusão peculiar da técnica e da dominação*, da racionalidade e da opressão — não pudesse ser interpretado de outra maneira a não ser dizendo que no *a priori* material da ciência e da técnica esconde-se um projeto do mundo (*Weltenentwurf*) determinado pelo interesse de classe e pela situação histórica — Marcuse fala em projeto (*Projekt*), filiando-se ao Sartre fenomenológico —, então uma emancipação não seria concebível sem uma revolução na ciência e na técnica. Em alguns textos, Marcuse tem a tentação de seguir essa idéia de uma nova ciência ligada à promessa, familiar à mística judaica e protestante, de uma ressurreição da natureza decaída: um tópico que, como é sabido, entrou na filosofia de Schelling (e de Baader) através do pietismo bávaro, que reaparece em Marx, nos *Manuscritos de Paris*, determinando hoje as idéias centrais da filosofia de Bloch e, em sua forma refletida, serve ainda de guia para as esperanças secretas de Benjamin, Horkheimer e Adorno. Assim também Marcuse escreve: "O ponto que estou tentando mostrar é que a ciência, em *virtude de seu próprio método*, e de seus conceitos, projetou e promoveu um universo no qual a dominação da natureza permaneceu vinculada à dominação do homem — um vínculo que tende a ter efeitos fatais para esse universo como um todo. A natureza, cientificamente

⁴ *Der eindimensionale Mensch*, Neuwied, 1967, pp. 172 ss. (N. do A.) Existe uma tradução brasileira de Giasone Rebuá, publicada pela Zahar, 1967, sob o título de *Ideologia da Sociedade Industrial*.

compreendida e dominada, reaparece no aparato técnico de produção e destruição que mantém e aprimora a vida dos indivíduos, ao mesmo tempo que os subordina aos senhores do aparato. Assim, a hierarquia racional se funde com a social. Se esse for o caso, então uma mudança na direção do progresso, que pudesse romper esse vínculo fatal, também afetaria a própria estrutura da ciência — o projeto científico. Sem perder o seu caráter racional, suas hipóteses se desenvolveriam num contexto experimental essencialmente diferente (o de um mundo pacificado); conseqüentemente, os *conceitos* de natureza aos quais a ciência chegaria, bem como os *fatos* que viria a estabelecer, seriam *essencialmente diferentes*".⁵

De maneira conseqüente, Marcuse tem em vista não somente uma outra construção de teorias, mas também uma metodologia da ciência que difere em seus princípios. O quadro transcendental, no qual a natureza se tornaria objeto de uma nova experiência, não seria mais a esfera de funções do agir instrumental, mas o ponto de vista de uma possível manipulação técnica cederia o seu lugar a um tratamento que, com zelo e carinho, liberasse os potenciais da natureza: "há duas espécies de dominação: uma repressiva e outra libertadora".⁶ Contra isso é possível objetar que a ciência moderna só poderia ser concebida como um projeto historicamente particular se pelo menos um projeto alternativo fosse concebível. Além disso, uma nova ciência alternativa deveria incluir a definição de uma nova técnica. Por essa reflexão, a ilusão se desfaz, pois, mesmo que a técnica remonte a um projeto, obviamente ela só poderá ser remetida a um projeto da espécie humana *no seu todo* e não a algo que pode ser ultrapassado historicamente.

Arnold Gehlen mostrou, de uma maneira que me parece conclusiva, que existe uma conexão imanente entre a técnica que nos é conhecida e a estrutura do agir racional-com-respeito-a-fins. Se compreendermos a esfera de funções do agir controlado pelo sucesso como a unificação da decisão racional e do agir instrumental, poderemos então reconstruir a história da técnica, do ponto de vista da objetivação progressiva do agir racional-com-respeito-a-fins. Em todo caso, o desenvolvimento técnico se ajusta ao modelo de interpretação, de acordo com o qual a espécie humana teria projetado sobre o plano dos meios técnicos, um depois do outro, os componentes elementares da esfera de funções do agir racional-com-respeito-a-fins — que, de início, se fixara ao organismo humano —, livrando-se ao mesmo tempo das funções correspondentes.⁷ Em primeiro lugar, são reforçadas e substituídas as funções do aparato de movimento (mão e pernas), em seguida a produção de energia (do corpo humano), depois as funções do apa-

⁵ *Op. cit.*, pp. 180 s.

⁶ *Op. cit.*, p. 247.

⁷ "Essa lei enuncia um acontecer interno à técnica, um processo que, como um todo, não foi objeto da vontade do homem, pois é uma lei que atravessa, pegando pelas costas, por assim dizer, ou instintivamente, toda a história cultural da humanidade. Além disso, nela está implícito que não pode haver nenhum desenvolvimento da técnica que vá além da fase da mais completa automatização, pois não é possível indicar nenhum outro setor da atividade humana que ainda pudesse ser objetivado." (A. Gehlen, "Anthropologische Ansicht der Technik", in *Technik im technischen Zeitalter*, 1965).

rato sensorial (olhos, ouvidos, pele) e finalmente as funções do centro de controle (do cérebro). Se nos dermos conta de que o desenvolvimento técnico obedece a uma lógica que corresponde à estrutura do agir-racional-com-respeito-a-fins e controlado pelo sucesso — e todavia isso quer dizer: a estrutura do *trabalho* —, então é difícil ver como poderíamos vir a renunciar à técnica, e precisamente à *nossa* técnica em favor de uma técnica qualitativamente outra, enquanto a organização da natureza humana permanecer inalterada, enquanto, pois, tivermos que sustentar a nossa vida pelo trabalho social e com o auxílio dos meios que substituem o trabalho.

Marcuse tem em mente uma *atitude* alternativa para com a natureza, mas não é possível derivar dessa atitude a idéia de uma nova *técnica*. Em vez de tratar a natureza como objeto passivo de uma possível manipulação técnica, podemos dirigir-nos a ela como a um *parceiro* numa possível interação. Em vez da natureza explorada podemos ir em busca da natureza fraterna. Ao nível de uma intersubjetividade ainda incompleta, podemos atribuir a subjetividade aos animais, às plantas e até mesmo às pedras e *comunicar-nos* com a natureza, em vez de nos limitarmos a *trabalhá-la*, quebrando a comunicação. E a idéia de que uma subjetividade da natureza ainda agrilhoadas não possa emergir antes de que a comunicação entre os homens se torne livre, essa idéia — e isso é o mínimo que dela se pode dizer — continua a ter uma força de atração toda especial. Só se os homens pudessem se comunicar sem coação e se cada homem pudesse reconhecer-se no outro, só então a espécie humana poderia eventualmente reconhecer a natureza como um outro sujeito — não a natureza como o seu outro, como pretendia o idealismo, mas a si mesma como sendo o outro desse sujeito.

Como quer que seja, as realizações da técnica, que como tais nos são imprescindíveis, decerto não poderiam ser substituídas por uma natureza que começa a abrir os olhos. A alternativa para a técnica existente, o projeto da natureza enquanto parceira de jogo, aos invés de objeto, refere-se a uma estrutura alternativa do agir: a interação simbolicamente mediatizada, em oposição ao agir-racional-com-respeito-a-fins. Mas isso significa que os dois projetos são projeções do trabalho e da linguagem, projetos da espécie humana *no seu todo* e não de uma época isolada, de uma classe determinada, de uma situação que pode ser ultrapassada. É tão precária a idéia de uma nova técnica quanto é precário pensar consequentemente em uma nova ciência, caso a ciência deva significar, no nosso contexto, a ciência moderna comprometida com a atitude da possível manipulação técnica: tanto para a sua função, como de resto para o progresso técnico-científico, não há substituto que seja “mais humano”.

O próprio Marcuse parece ter dúvidas sobre se tem sentido relativizar a racionalidade da ciência e da técnica a um “projeto”. Em muitos lugares do *One-Dimensional Man*, revolução significa de fato apenas uma modificação do quadro institucional que não afeta as forças produtivas como tais. A estrutura do progresso técnico-científico seria então mantida, sendo alterados apenas os valores que o dirigem. Valores novos se traduziriam em tarefas tecnicamente solúveis; a novidade seria a *direção* desse progresso, mas o próprio padrão de racionalidade permaneceria inalterado: “A técnica, como universo de instrumentos, pode

umentar tanto a fraqueza como o poder do homem. No estágio atual, este se apresenta talvez como mais impotente com relação ao seu aparato do que jamais o fora antes.⁸

Essa proposição restabelece a inocência política das forças produtivas. Marcuse renova aqui apenas a determinação clássica da relação entre as forças produtivas e as relações de produção. Mas a nova constelação, a que ele gostaria de caracterizar, não fica com isso melhor caracterizada do que com a afirmação de que, quanto ao aspecto político, as forças produtivas estão totalmente corrompidas. A racionalidade peculiar da ciência e da técnica que por um lado caracteriza um potencial crescente de forças produtivas em demasia, ameaçando tanto agora como antes o quadro institucional, e por outro lado fornece também o padrão de legitimação das próprias relações de produção restritivas — a duplicidade dessa racionalidade nem é suficientemente representada por uma historicização do conceito, nem pela volta à concepção ortodoxa, nem pelo modelo do *peccado original*, nem pela *inocência* do progresso técnico-científico. A mais sábia formulação do estado de coisas a ser compreendido parece-me estar no seguinte: "O *a priori* tecnológico é um *a priori* político na medida em que a transformação da natureza envolve a do homem e na medida em que as 'criações feitas pelo homem' surgem de um *ensemble* societal e nele reingressam. É possível insistir ainda que a maquinaria do universo tecnológico, 'como tal,' é indiferente a fins políticos — pode revolucionar ou retardar uma sociedade. Um computador eletrônico pode servir igualmente a uma administração capitalista ou a uma socialista; um cíclotron pode ser um instrumento tão eficiente para um partido belicista como para um partido pacifista [...] Contudo, tornando-se a forma universal de produção material, a técnica circunscreve toda uma cultura; ela projeta uma totalidade histórica — um 'mundo'".⁹

A dificuldade apenas abafada por Marcuse, quando fala do teor político da razão técnica, é a de determinar categorialmente de maneira exata o que significa o fato de que a forma racional da ciência e da técnica, ou seja, a racionalidade incorporada nos sistemas dõ agir-racional-com-respeito-a-fins venha a se expandir, chegando a tornar-se a forma de vida, "totalidade histórica" de um mundo do viver. Com a racionalização da sociedade, Max Weber quis designar e explicitar esse mesmo processo. Acho que nem Max Weber nem Marcuse conseguiu fazê-lo satisfatoriamente. Por isso, gostaria de tentar reformular o conceito weberiano de racionalização dentro de um outro sistema de referência para, a partir desse fundamento, examinar a crítica de Marcuse a Max Weber, bem como a sua tese da dupla função do progresso técnico-científico (enquanto força produtiva e enquanto ideologia). Proponho um esquema de interpretação que pode ser apresentado no quadro de um ensaio sem que entretanto nele possa ser seriamente testado quanto à sua utilidade. Por isso, as generalizações históricas servirão apenas para clarificar o esquema; elas não podem substituir a interpretação detalhada.

⁸—*Der eindimensionale Mensch*, id., p. 246

⁹ *Op. cit.* pp. 168 s.

III

Com o conceito de racionalização, Max Weber tentou interpretar os reflexos do progresso técnico-científico sobre o quadro institucional das sociedades envolvidas na "modernização". Ele compartilha esse interesse com toda a sociologia mais antiga. Seus pares de conceitos giram todos em torno do mesmo problema, a saber, o de reconstituir conceitualmente a mudança institucional forçada pela extensão dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins. *Status* e contrato, comunidade e sociedade, solidariedade mecânica e orgânica, grupos informais e formais, relações primárias e secundárias, cultura e civilização, dominação tradicional e burocrática, associação sacral e secular, sociedade militar e industrial, estamento e classe, etc., são tantos pares de conceitos quantas tentativas de caracterizar a mudança de estrutura do quadro institucional de uma sociedade tradicional em transição para uma sociedade moderna. Até mesmo o catálogo de Parsons das possíveis alternativas de orientações valorativas pertence à série dessas tentativas, embora isso não seja reconhecido por ele. Parsons pretende que a sua lista expõe sistematicamente decisões entre orientações valorativas alternativas que devem, em *qualquer* ação, ser tomadas pelo sujeito, sem que isso dependa do contexto particular cultural ou histórico. Contudo, se observarmos essa lista, dificilmente deixaremos de perceber a posição histórica da formulação de questão subjacente à sua lista. Os quatro pares alternativos de orientação valorativa,

afetividade	<i>versus</i>	neutralidade afetiva
particularismo	<i>versus</i>	universalismo
atribuição	<i>versus</i>	desempenho
difusidade	<i>versus</i>	especificidade,

que pretendem esgotar *todas* as possíveis decisões fundamentais, foram recortados de acordo com a análise de *um* processo histórico. Eles determinam na verdade as dimensões relevantes da modificação de atitudes dominantes, no caso da transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. Uma orientação para o adiamento das gratificações, para as normas gerais, para o desempenho individual e o domínio ativo, e finalmente para as relações específicas e analíticas, é de fato exigida, nos subsistemas do agir-racional-com-respeito-a-fins, em lugar das orientações opostas.

Para dar uma nova formulação àquilo que Max Weber chamou de "racionalização", gostaria de não me ater ao ponto de partida subjetivo que Parsons compartilha com Weber, e de propor um outro quadro categorial. Partirei da distinção fundamental entre *trabalho e interação*.¹⁰

Entendo por "trabalho", ou *agir racional-com-respeito-a-fins*, seja o agir instrumental, seja a escolha racional, seja a combinação dos dois. O agir instrumen-

¹⁰ Para o contexto histórico-filosófico desses conceitos, veja a minha contribuição para a coletânea em homenagem a Löwith, "Arbeit und Interaktion, Bemerkungen zu Hegels Jenenser Philosophie des Geistes".

tal rege-se por *regras técnicas* baseadas no saber empírico. Elas implicam, em cada caso, prognósticos condicionais sobre acontecimentos observáveis, físicos ou sociais; esses prognósticos podem se evidenciar como corretos ou como falsos. O comportamento de escolha racional é regido por estratégias baseadas no saber analítico. Elas implicam derivações a partir de regras de preferência (sistemas de valores) e de máximas universais; essas proposições são derivadas correta ou incorretamente. O agir racional-com-respeito-a-fins realiza objetivos definidos em condições dadas; mas, ao passo que o agir instrumental organiza os meios adequados ou inadequados segundo os critérios de um controle eficaz da realidade, o agir estratégico só depende de uma avaliação correta das possíveis alternativas do comportamento, que resulta exclusivamente de uma dedução feita com o auxílio de valores e de máximas.

Por outro lado, entendo por *agir comunicativo* uma interação mediatizada simbolicamente. Ela se rege por *normas* que valem *obrigatoriamente*, que definem as expectativas de comportamento recíprocas e que precisam ser compreendidas e reconhecidas por, pelo menos, dois sujeitos agentes. Normas sociais são fortalecidas por sanções. Seu sentido se objetiva na comunicação mediatizada pela linguagem corrente. Enquanto a vigência das regras técnicas e das estratégias depende da validade das proposições empiricamente verdadeiras ou analiticamente corretas, a vigência das normas sociais é fundamentada exclusivamente na intersubjetividade de um entendimento acerca das intenções e é assegurada pelo reconhecimento universal das obrigações. A violação da regra tem, em cada um dos dois casos, conseqüências diferentes. Um comportamento *incompetente*, que viole regras técnicas confirmadas ou estratégias corretas, é por si só condenado ao abandono, em virtude do insucesso; a "punição" está, por assim dizer, incorporada ao fracasso diante da realidade. Um comportamento *anômalo*, que violente as normas vigentes, desencadeia sanções que só são ligadas às regras exteriormente, ou seja, por convenções. Regras aprendidas do agir racional-com-respeito-a-fins nos equipam com a disciplina das *habilidades*, normas interiorizadas, com a disciplina das *estruturas de personalidade*. Habilidades nos dão condições para resolver problemas, motivações nos permitem praticar a conformidade com as normas. Essas determinações se encontram reunidas no diagrama abaixo; elas precisariam de uma explicação mais detalhada que, contudo, não pode ser dada aqui. Sua última horizontal, por enquanto, não estará sendo considerada; ela serve como lembrete da tarefa em vista da qual introduzi a distinção entre trabalho e interação.

Dispondo desses dois tipos de ação, podemos classificar os sistemas sociais conforme neles predomine o agir racional-com-respeito-a-fins ou a interação. O quadro *institucional* de uma sociedade consiste de normas que guiam as interações verbalmente mediatizadas. Mas existem subsistemas, tais como o sistema econômico e o aparato de Estado, para ficarmos com os exemplos de Max Weber, nos quais são institucionalizadas principalmente proposições sobre ações racionais-com-respeito-a-fins. Do lado oposto, encontram-se subsistemas, tais como família e parentesco, que decerto são conectados a um grande número de tarefas

	Quadro institucional: interação simbolicamente mediatizada	Sistemas do agir racional-com- respeito-a-fins (instrumental e estratégico)
regras que orientam a ação	normas sociais	regras técnicas
plano da definição	linguagem corrente participada intersubjetivamente	linguagem não dependente do contexto
espécie de definição	expectativas recíprocas de comportamento	prognósticos condicionais imperativos condicionais
mecanismos de aquisição	interiorização dos papéis	aprendizagem de habilidades e de qualificações
função do tipo de ação	manutenção das instituições (conformidade a normas, fundada no reforço recíproco)	solução de problemas (conquista do objetivo definido nas relações meio-fim)
sanções em casos de violação da regra	punição fundamentada nas sanções convencionais: fracasso diante da autoridade	ausência de sucesso: fracasso diante da realidade
"racionalização"	emancipação, individuação; ampliação da comunicação livre de dominação	crescimento das forças produtivas; ampliação do poder de manipulação técnica

e habilidades, mas que repousam principalmente sobre as regras morais da interação. Assim, no plano analítico, convém distinguir, de modo geral: (1) o *quadro institucional* de uma sociedade ou do mundo do viver sócio-cultural e (2) os *sub-sistemas do agir racional-com-respeito-a-fins* "encaixados" nesse quadro institucional. As ações, na medida em que são determinadas por esse último, são ao mesmo tempo dirigidas e impostas por expectativas de comportamento sancionadas e que se restringem reciprocamente; e, na medida em que são determinadas por subsistemas do *agir* racional-com-respeito-a-fins, elas se moldam aos esquemas do agir instrumental e estratégico. Contudo, é só pela institucionalização que se pode obter uma garantia *de que* elas de fato sigam regras técnicas determinadas com uma probabilidade satisfatória ou estratégias esperadas.

Com o auxílio dessas distinções podemos dar uma nova formulação ao conceito weberiano de "racionalização".

IV

O título "sociedade tradicional" passou a ser usado academicamente para designar todos os sistemas sociais que, de modo geral, correspondem a critérios de culturas avançadas (*civilizations*). Essas culturas representam uma determinada etapa na história do desenvolvimento da espécie humana. Elas diferem das

formas sociais mais primitivas nos seguintes pontos: (1) pela existência de fato de um poder central de dominação (organização estatal do poder, em oposição a organização tribal); (2) pela separação da sociedade em classes sócio-econômicas (distribuição dos ônus e das compensações sociais pelos indivíduos, de acordo com as classes a que pertencem, e não segundo os critérios das relações de parentesco); (3) pelo fato de estar em vigor uma imagem central do mundo (mito, religião avançada), para fins de uma legitimação eficaz do poder. As culturas avançadas se estabelecem sobre o fundamento de uma técnica relativamente desenvolvida e de uma organização da divisão de trabalho no processo social de produção que possibilitam a superprodução, ou seja, uma superabundância de bens que excede a satisfação das necessidades imediatas e elementares. Elas devem a sua existência à solução do problema que só é posto pela superprodução gerada, ou seja, do problema de como dividir *desigualmente*, e contudo, *legitimamente*, a riqueza e o trabalho, por critérios diferentes dos que são postos à disposição pelo sistema de parentesco.¹¹

Ora, no contexto da nossa discussão, é uma circunstância relevante a de que culturas avançadas baseadas numa economia dependente da agricultura e do artesanato, apesar de sensíveis diferenças de nível, só tenham tolerado inovações técnicas e melhorias organizatórias dentro de determinados limites. Como índice dos limites tradicionais do desenvolvimento das forças produtivas, menciono o fato de que, até aproximadamente trezentos anos atrás, nenhum grande sistema social produziu mais do que o equivalente a, no máximo, 200 dólares *per capita* num ano. O esquema estável de um modo de produção pré-capitalista, de uma técnica pré-industrial e de uma ciência pré-moderna possibilita uma relação típica entre o quadro institucional e os subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins: esses subsistemas, que se desenvolvem partindo do sistema do trabalho social e do estoque de saber tecnicamente aplicável acumulado nesse sistema, apesar de progressos consideráveis, nunca atingiram aquele grau de propagação a partir do qual sua "racionalidade" se torna uma ameaça aberta à autoridade das tradições culturais que legitimam a dominação. A expressão "sociedade tradicional" refere-se à circunstância de que o quadro institucional repousa sobre um fundamento de legitimação inquestionado que consiste nas interpretações míticas, religiosas ou metafísicas da realidade no seu todo — tanto do cosmo como da sociedade. As sociedades "tradicionais" só existem enquanto o desenvolvimento dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins é contido *dentro dos limites da eficácia legitimadora* das tradições culturais.¹² Esse fato fundamenta uma "supremacia" do quadro institucional, que não exclui, por exemplo, reestruturações feitas em consequência do surgimento de um potencial excessivo de forças produtivas, mas que exclui, todavia, a dissolução crítica da *forma* tradicional de legiti-

¹¹ A esse respeito, cf. G. E. Lenski, *Power and Privilege, A Theory of Social Stratification*, Nova York, 1966.

¹² Cf. P. L. Berger, *The Sacred Canopy*, Nova York, 1967.

mação. Esse seu caráter de ser inatacável é um critério sensato para distinguir as sociedades tradicionais das que ultrapassaram o limiar da modernização.

O "critério de supremacia" é aplicável, ao mesmo tempo, a todas as situações de uma sociedade de classes estatalmente organizadas que se distingam pelo fato de que a vigência cultural das tradições participadas intersubjetivamente (que legitimam uma ordem de dominação existente) não seja posta em questão, de maneira explícita e com todas as suas conseqüências, de acordo com os padrões da racionalidade, universalmente vigente, de relações meio-fim instrumentais ou estratégicas. Só a partir do momento em que o modo de produção capitalista dotou o sistema econômico de um mecanismo de regras para o crescimento da produtividade do trabalho, crescimento que, embora sujeito a crises, revela-se contínuo a longo prazo, é que a introdução de novas tecnologias e de novas estratégias, a *inovação* como tal, foi *institucionalizada*. Como já haviam sugerido Marx e Schumpeter, cada um à sua maneira, o modo de produção capitalista pode ser concebido como um mecanismo que garante uma propagação *permanente* dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins e, com isso, abala a "supremacia" tradicionalista do quadro institucional, diante das forças produtivas. Do ponto de vista da história mundial, o capitalismo é o primeiro modo de produção que institucionalizou o crescimento econômico auto-regulado: ele produziu, em primeiro lugar, um certo industrialismo que, em seguida, pôde desvincular-se do quadro institucional do capitalismo e fixar-se a outros mecanismos diferentes da valorização do capital em forma privada.

O que caracteriza o limiar entre a sociedade tradicional e a sociedade que entra no processo de modernização não é o fato de que uma mudança estrutural do quadro institucional seja forçada pela pressão das forças produtivas relativamente desenvolvidas — pois isso é um mecanismo da história do desenvolvimento da espécie, desde o início. A novidade está antes no nível de desenvolvimento das forças produtivas, responsável por uma ampliação permanente dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins que, por esse meio, põe em questão a forma, própria às culturas avançadas, de legitimar a dominação por interpretações cosmológicas do mundo. Essas imagens míticas, religiosas e metafísicas do mundo obedecem à lógica da contextura da interação. Elas dão respostas aos problemas centrais da humanidade, relativos à vida em comum e à história da vida individual. Seus temas são justiça e liberdade, violência e opressão, felicidade e satisfação, miséria e morte. Suas categorias são vitória e derrota, amor e ódio, salvação e danação. Sua lógica se mede pela gramática de uma comunicação desfigurada e pela causalidade do destino, determinada por símbolos cindidos e motivos recalcados.¹³ A racionalidade dos jogos de linguagem, ligada ao agir comunicativo, é confrontada agora, no limiar dos tempos modernos, com uma

¹³ A esse respeito, cf. a minha investigação *Erkenntnis und Interesse*, Frankfurt, 1968. (N. do A.) Não confundir com o artigo de mesmo título, publicado neste volume. (N. do T.)

racionalidade de relações meio-fim vinculada ao agir instrumental estratégico. Desde o momento em que se pode chegar a essa confrontação, começa o fim da sociedade tradicional: falha a forma de legitimação da dominação.

O capitalismo é definido por um modo de produção que não apenas põe esse problema, mas também o soluciona. Ele oferece uma legitimação da dominação que não pode mais descer do céu da tradição cultural, mas que pode ser soerguida a partir da base do trabalho social. A instituição do mercado no qual os proprietários privados trocam mercadorias, assim como a do mercado no qual pessoas privadas sem nenhuma propriedade trocam a sua força de trabalho como única mercadoria que têm, prometem a justiça da equivalência das relações de troca. Com a categoria da reciprocidade, essa ideologia burguesa faz com que mais uma relação do agir comunicativo se torne fundamento da legitimação. Mas o princípio de reciprocidade é agora princípio de organização dos próprios processos sociais de produção e reprodução. Por isso, a dominação política pode, de agora por diante, ser legitimada "de baixo para cima", em vez de "de cima para baixo" (pela invocação e apelo à tradição cultural).

Se partirmos do fato de que a divisão de uma sociedade em classes sócio-econômicas repousa sobre uma distribuição específica, para cada grupo social, dos meios de produção relevantes a cada momento — podendo essa distribuição ser remetida, por sua vez, à institucionalização das relações de violência social —, então é possível admitir que em todas as culturas avançadas esse quadro institucional tenha sido idêntico ao sistema político de dominação: a dominação tradicional era uma dominação política. Só com o surgimento do modo de produção capitalista é que a legitimação do quadro institucional pode ser imediatamente vinculada ao sistema do trabalho social. Só agora é que a ordem da propriedade pode, de *relação política* que era, transformar-se numa *relação de produção*, pois ela se legitima pela racionalidade do mercado, pela ideologia da sociedade de troca e não mais por uma ordem legítima de dominação. Por seu lado, o sistema de dominação pode, em vez disso, ser justificado pelas relações legítimas de produção: esse é o verdadeiro conteúdo do direito natural racional, desde Locke até Kant.¹⁴ O quadro institucional da sociedade é imediatamente econômico; é só de uma maneira mediata que ele é político (o Estado de direito burguês, enquanto "superestrutura").

A superioridade do modo de produção capitalista sobre os modos de produção do passado tem um duplo fundamento: a instalação de um mecanismo econômico que assegure a longo prazo a propagação dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins e a criação de uma legitimação econômica, em nome da qual o sistema de dominação pode ser adaptado a novas exigências de racionalização desses subsistemas em progresso. É esse processo de adaptação que Max Weber

¹⁴ Cf. Leo Strauss, *Naturrecht und Geschichte*, 1953; C. B. MacPherson, *Die politische Theorie, des Besitztindividualismus*, Frankfurt/M., 1967; J. Habermas, "Die Klassische Lehre von der Politik in ihrem Verhältniss zur Sozialphilosophie", *In Theorie und Praxis*², Neuwied, 1967.

concebe como “racionalização”. Nesse processo podemos distinguir duas tendências, uma racionalização “de baixo para cima” e uma outra “de cima para baixo”.

De baixo para cima, surge uma pressão adaptativa permanente, tão logo se impõe o novo modo de produção, ao se institucionalizar, por um lado, a circulação e troca territorial de bens e de forças de trabalho, e, por outro lado, a empresa capitalista. No sistema do trabalho social o progresso cumulativo das forças produtivas é garantido e, partindo daí, também é garantida uma propagação horizontal dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins — contudo, a preço de crises econômicas. Dessa maneira, as contexturas tradicionais ficam cada vez mais submetidas às condições da racionalidade instrumental ou estratégica: a organização do trabalho e da circulação econômica, a rede de transportes, de informação e da comunicação, as instituições de direito privado e, começando pela administração das finanças, a burocracia estatal. Assim, coagida pela modernização, surge a infra-estrutura de uma sociedade. Ela toma conta de todos os setores da vida, um depois do outro: do sistema militar e escolar, da saúde pública e mesmo da família, impondo, tanto na cidade como no campo, uma urbanização da *forma* de vida, isto é, impondo subculturas que exercitem o indivíduo na habilidade de poder, a qualquer momento, passar de uma contextura de interação para o agir racional-com-respeito-a-fins.

À pressão racionalizante vinda *de baixo para cima*, corresponde uma outra, *de cima para baixo*, pois as tradições que legitimam a dominação e orientam o agir, em particular as interpretações cosmológicas do mundo, perdem sua obrigatoriedade segundo os novos padrões da racionalidade-com-respeito-a-fins. O que Max Weber chamava de secularização possui, nesse nível de generalidade, três aspectos. As imagens do mundo e objetivações tradicionais perdem: (1) seu poder e sua vigência, *enquanto* mito, *enquanto* religião pública, *enquanto* rito costumeiro, *enquanto* metafísica justificadora, *enquanto* tradição não questionada. Em vez disso, elas são: (2) transformadas em credos e éticas subjetivas que garantem a obrigatoriedade privada das orientações valorativas modernas (“ética protestante”); e, (3) uma vez retrabalhadas, convertem-se em construções que atuam ao mesmo tempo como crítica da tradição e como reorganização do material desligado da tradição segundo os princípios do direito formal e da troca de equivalentes (direito natural racional). As legitimações debilitadas são substituídas por novas que, por um lado, surgem da crítica à dogmática das interpretações tradicionais do mundo e pretendem ao caráter científico, e que, por outro lado, conservam a função de legitimação e subtraem assim as relações fatuais de violência tanto da análise como da consciência pública. É só por esse meio que surgem *ideologias*, no sentido mais restrito da palavra. Elas substituem as legitimações tradicionais de dominação, ao se apresentarem com as pretensões da ciência moderna e ao se justificarem a partir da crítica da ideologia. As ideologias e a crítica da ideologia são co-originárias. Nesse sentido não pode haver ideologias pré-burguesas.

Nesse contexto, a ciência moderna assume um papel peculiar. À diferença das ciências filosóficas do tipo mais antigo, as ciências empíricas modernas desenvolvem-se, desde os tempos de Galileu, num sistema de referência metodológico que espelha o ponto de vista transcendental de uma possível manipulação técnica. As ciências modernas geram, em consequência, um saber que é, segundo sua *forma* (e não segundo a intenção subjetiva), um saber tecnicamente aproveitável, embora de modo geral as chances de aplicação só se mostrem posteriormente. Até o fim do século XIX, não havia interdependência entre ciências e técnica. A ciência moderna não contribuíra, até então, para a aceleração do desenvolvimento técnico nem para a pressão racionalizante que vem de baixo para cima. Sua contribuição ao processo de modernização era mais indireta. A nova física tem uma exegese filosófica que interpreta a natureza e a sociedade correlativamente às ciências da natureza; pode-se dizer que ela induziu a imagem mecanicista do mundo do século XVII. A reconstrução do direito natural clássico foi empreendida dentro desse quadro. O direito natural moderno se constituíra em base das revoluções burguesas dos séculos XVII, XVIII e XIX, pelas quais as antigas legitimações de dominação foram definitivamente destruídas.¹⁵

V

Até a metade do século XIX, o modo de produção capitalista se impôs a tal ponto, na Inglaterra e na França, que Marx pôde reconhecer o quadro institucional da sociedade nas relações de produção e, ao mesmo tempo, criticar o fundamento de legitimação da troca dos equivalentes. Ele elaborou a crítica da ideologia burguesa em forma de *economia política*: sua teoria do valor do trabalho destruiu a aparência de liberdade, na qual a relação de violência social, subjacente à relação do trabalho assalariado, tornara-se irreconhecível pela instituição jurídica do livre contrato de trabalho. Ora, o que Marcuse critica em Max Weber é o fato de que, sem ter levado em conta a visão penetrante de Marx, ele se fixa a um conceito abstrato de racionalização que não enuncia o conteúdo de adaptação do quadro institucional específico a cada classe, adaptação aos subsistemas progressivos do agir racional-com-respeito-a-fins, mas que mais uma vez os esconde. Marcuse sabe muito bem que a análise marxista não pode mais ser aplicada sem restrições às sociedades do capitalismo em fase tardia que Max Weber já tem em vista. Mas ele queria mostrar, tomando Max Weber como exemplo, que o desenvolvimento da sociedade moderna no quadro de um capitalismo regulado pelo Estado escapa aos conceitos, se o capitalismo liberal não for previamente conceitualizado.

Desde a última quarta parte do século XIX, nos países capitalistas mais avançados, duas *tendências* de desenvolvimento podem ser notadas: (1) um acréscimo da atividade intervencionista do Estado, que deve garantir a estabilidade

¹⁵ Cf. J. Habermas, "Naturrecht und Revolution" in *Theorie und Praxis*², Neuwied, 1967. (N. dos T.)

do sistema, e (2) uma crescente interdependência entre a pesquisa e a técnica, que transformou a ciência na principal força produtiva. Ambas as tendências perturbam aquela constelação do quadro institucional e dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins, pela qual se caracterizava o capitalismo desenvolvido dentro do liberalismo. Com isso, caem por terra relevantes condições de aplicação da economia política, na formulação que, tendo em vista o capitalismo liberal, Marx lhe deu a justo título. Creio que a chave para a análise da constelação modificada se encontra na tese básica de Marcuse, segundo a qual técnica e ciência hoje assumem também o papel de legitimar a dominação.

A regulação a longo prazo do processo econômico pela intervenção do Estado originou-se da defesa contra as disfunções que ameaçavam o sistema de um capitalismo abandonado a si mesmo, cujo desenvolvimento efetivo contrariava tão obviamente a sua própria idéia de uma sociedade burguesa que se emancipasse da dominação e neutralizasse o poder. A ideologia básica da troca justa, que Marx conseguiu desmascarar teoricamente, fracassou na prática. A forma de valorização do capital na economia privada só podia ser mantida pelos corretivos estatais de uma *política* sócio-econômica que estabilizava a circulação. O quadro institucional da sociedade foi repolitizado. Ele hoje não mais coincide imediatamente com as relações de produção, ou seja, com uma ordem de direito privado que garanta a circulação da economia capitalista, e com as correspondentes garantias gerais de ordem do Estado burguês. Com isso, alterou-se a relação entre o sistema econômico e o sistema de dominação: política não é mais apenas um fenômeno de superestrutura. Se a sociedade não continua mais a se auto-regular “de maneira autônoma” como uma esfera subjacente ao Estado e por ele presuposta — e essa era a verdadeira novidade do modo capitalista de produção —, a sociedade e o Estado não estão mais numa relação que a teoria marxista determinou como relação entre a base e a superestrutura. Mas, então, uma teoria crítica da sociedade também não pode mais ser formulada exclusivamente em termos de uma crítica da economia política. Um modo de teorização que isole metodicamente as leis econômicas de movimento da sociedade só pode ter a pretensão de compreender a contextura da vida da sociedade nas suas categorias essenciais, enquanto a política for dependente da base econômica e essa última, inversamente, não tiver que ser compreendida também como uma função da atividade do Estado e dos conflitos que se resolvem politicamente. Segundo Marx, a crítica da economia política só se constituía em teoria da sociedade burguesa enquanto era uma crítica da ideologia. Mas, se a ideologia da troca justa desmorona, o sistema de dominação também não pode mais ser criticado imediatamente a partir das relações de produção.

Depois do desmoronamento dessa ideologia, a dominação política requer uma nova legitimação. Ora, como o poder exercido indiretamente sobre o processo de troca é por sua vez controlado pela dominação organizada pré-estatalmente e institucionalizada ao modo de um Estado, a legitimação não pode mais ser derivada de uma ordem não política, das relações de produção. Nessa medida,

renova-se a pressão, existente nas sociedades pré-capitalistas, no sentido da legitimação direta. Por outro lado, o restabelecimento da dominação política imediata (numa forma tradicional da legitimação baseada sobre a tradição cultural) tornou-se impossível. Por um lado, as tradições já estão de qualquer maneira enfraquecidas; por outro, nas sociedades industrialmente desenvolvidas, os resultados da emancipação burguesa com respeito à dominação política imediata (os direitos fundamentais e o mecanismo das eleições gerais) só podem ser plenamente ignorados nos períodos de ação. A dominação formalmente democrática nos sistemas do capitalismo regulado pelo Estado está sujeita a uma exigência de legitimação que não pode mais ser satisfeita pelas retomadas da forma de legitimação pré-burguesa. Por isso surge, no lugar da ideologia da troca livre, um *programa de substitutivos*, que não é mais orientado pelas conseqüências sociais da instituição do mercado, mas pelas conseqüências sociais de uma atividade de Estado que compensa as disfunções da troca livre. Ela conjuga o momento da ideologia burguesa do rendimento (que desloca, entretanto, do mercado para o sistema escolar, a atribuição de *status* conforme a medida do rendimento individual) com a garantia do mínimo de bem-estar social, a perspectiva de segurança do lugar de trabalho, bem como a estabilidade dos vencimentos. Esse programa de substitutivos obriga o sistema de dominação a preservar as condições de estabilidade de um sistema global que garanta a segurança social e as chances de ascensão pessoal, e a prevenir os riscos do crescimento. Isso exige um espaço de manipulação para as intervenções do Estado que, ao preço de uma restrição das instituições de direito privado, asseguram a forma privada da valorização do capital e *vinculam a fidelidade das massas a essa forma*.

Na medida em que a atividade do Estado é dirigida para a estabilidade e o crescimento do sistema econômico, a política assume um *caráter negativo* peculiar: ela visa a eliminar as disfunções e evitar os riscos que ameacem o sistema, portanto, não para a *realização de objetivos práticos* mas para a *solução de questões técnicas*. Isso foi mostrado claramente por Claus Offe, na sua contribuição para o Dia dos Sociólogos de Frankfurt (*Frankfurter Soziologentag*) deste ano: “Nessa estrutura da relação entre a economia e o Estado, a ‘política’ degenera num agir que segue numerosos e sempre novos ‘imperativos que dizem respeito ao que deve ser evitado’, ao mesmo tempo que a quantidade de informações sociológicas diferenciadas, injetadas no sistema social, possibilita o rápido reconhecimento das zonas de risco bem como o tratamento das ameaças efetivas. O que é novo nessa estrutura é [...] o fato de que os riscos da estabilidade incorporados no mecanismo de valorização do capital nos mercados altamente organizados da economia privada, riscos que, todavia, são manipuláveis, prescrevem aquelas ações e medidas preventivas que *devem* ser aceitas na medida em que se quer que elas sejam harmonizadas com a oferta de legitimação existente (com programa de substitutivos)”.¹⁶

¹⁶ C. Offe, “Zur Klassentheorie und Herrschaftsstruktur im staatlich regulierten Kapitalismus” (manuscrito).

Offe vê muito bem que a atividade do Estado é restringida por essas orientações de ação preventiva a tarefas técnicas administrativamente solúveis, de modo que as questões práticas são deixadas de lado. *Os conteúdos práticos são eliminados.*

A política de estilo antigo, já pela própria forma de legitimar a dominação, era levada a se determinar em relação aos fins práticos: as interpretações do “bem-viver” eram dirigidas para as contexturas de interação. Isso vale também para a ideologia da sociedade burguesa. Por outro lado, o programa de substitutivos hoje dominante é voltado tão-somente para o funcionamento de um sistema dirigido. Ele exclui as questões práticas e, com isso, a discussão sobre aceitação de padrões que só seriam acessíveis a uma formação democrática da vontade. A solução de tarefas técnicas não depende de discussão pública. Discussões públicas poderiam, antes, problematizar as condições de contorno do sistema, dentro das quais as tarefas da atividade do Estado se apresentam como técnicas. A nova política de intervencionismo do Estado exige, por isso, uma despolitização da massa da população. Na medida em que as questões políticas são excluídas, a opinião pública política perde a sua função. Por outro lado, o quadro institucional da sociedade continua ainda a ser distinto do agir racional-com-respeito-a-fins. Tal como antes, sua organização é uma questão da *práxis* ligada à comunicação e não apenas da *técnica*, como quer que ela seja dirigida cientificamente. Portanto, a tendência de pôr a *práxis* entre parênteses, ligada à nova forma de dominação política, não se compreende por si só. O programa de substitutivos que legitima a dominação deixa sem legitimação um ponto importante: como fazer com que a despolitização das massas se torne plausível para elas próprias? Marcuse poderia responder a isso: fazendo com que técnica e ciência assumam *também* o papel de uma ideologia.

VI

Desde o fim do século XIX, uma outra tendência de desenvolvimento que caracteriza o capitalismo em fase tardia vem se impondo cada vez mais: *a cientificação da técnica*. No capitalismo, a pressão institucional para aumentar a produtividade do trabalho pela introdução de novas técnicas sempre existiu. Todavia, as inovações dependiam de invenções esporádicas que, por sua vez, podiam ter sido induzidas economicamente, tendo entretanto ainda o caráter de um crescimento natural. Isso mudou, na medida em que o progresso técnico entrou em circuito retroativo com o progresso da ciência moderna. Com a pesquisa industrial em grande escala, ciência, técnica e valorização foram inseridas no mesmo sistema. Ao mesmo tempo, a industrialização liga-se a uma pesquisa encomendada pelo Estado que favorece, em primeira linha, o progresso científico e técnico no setor militar. De lá as informações voltam para os setores da produção de bens civis. Assim, técnica e ciência tornam-se a principal força produtiva, com o que caem por terra as condições de aplicação da *teoria do valor do trabalho* de Marx. Não é mais sensato querer calcular as verbas de capital, para investi-

mentos em pesquisa e desenvolvimento, à base do valor da força de trabalho não qualificado (simples), se o progresso técnico-científico tornou-se uma fonte independente de mais-valia, face à qual, a única fonte de mais-valia considerada por Marx, a força de trabalho dos produtores imediatos, perde cada vez mais seu peso.¹⁷

Enquanto estavam visivelmente ligadas às decisões racionais e ao agir instrumental dos homens que produziam socialmente, as forças produtivas podiam ser compreendidas como potencial para um crescente poder técnico de manipulação, porém não podiam ser confundidas com o quadro institucional em que foram encaixadas. Com a institucionalização do progresso técnico-científico, o potencial das forças produtivas assumiu entretanto uma figura que faz *regredir*, na consciência dos homens, o *dualismo entre trabalho e interação*.

Sem dúvida, tanto agora como antes, os interesses sociais determinam a direção, as funções e a rapidez do progresso técnico. Mas esses interesses definem o sistema social como um todo, a tal ponto que eles se recobrem com o interesse pela manutenção do sistema. A forma privada da valorização do capital e a existência de uma chave de distribuição das compensações sociais, que sirva como garantia da fidelidade, permanecem, *como tais*, fora de discussão. O que aparece então como variável independente é um progresso quase autônomo da ciência e da técnica, do qual depende, de fato, a mais importante variável singular do sistema, a saber, o crescimento econômico. Resulta daí uma perspectiva na qual o desenvolvimento do sistema social *parece* ser determinado pela lógica do progresso técnico-científico. A regularidade imanente desse progresso parece produzir pressões materiais que devem ser obedecidas por uma política atenta às necessidades funcionais. Mas, quando essa aparência se fixa eficazmente, o apelo feito pela propaganda ao papel da técnica e da ciência pode legitimar e explicar por que, nas sociedades modernas, um processo democrático de formação da vontade "deve" perder sua função nas questões práticas e ser substituído por decisões plebiscitárias sobre as alternativas equipes de direção do *peçoal* administrativo. Essa tese da tecnocracia foi desenvolvida no plano científico em diferentes versões.¹⁸ O que me parece mais importante é o seu poder de penetrar, enquanto ideologia de fundo, na consciência da massa despolitizada da população, e de gerar força legitimadora.¹⁹ A atuação específica dessa ideologia é a de subtrair a autocompreensão da sociedade tanto do sistema de referência do agir comunicativo como dos conceitos de interação simbolicamente mediatizados, substituindo-a por um modelo científico. Nessa mesma medida, entra, no lugar de uma autocompreensão culturalmente determinada de um mundo do viver social, a au-

¹⁷ Recentemente: E. Löbel. *Geistige Arbeit — die wahre Quelle des Reichtums*, 1968.

¹⁸ Cf. H. Schelsky, *Der Mensch in der technischen Zivilisation*, 1961; J. Ellul, *The Technological Society*, Nova York, 1964, e A. Gehlen, "Über kulturelle Kristallisationen", in *Studien zur Anthropologie*, 1962, id., "Über kulturelle Evolution", in *Die Philosophie und die Frage nach dem Fortschritt*, 1964.

¹⁹ Pelo que sei não dispomos de investigações empíricas que tratem especificamente da propagação desta ideologia de fundo. Apoiamo-nos em extrapolações feitas a partir de resultados de outros trabalhos de pesquisa.

tocoisificação do homem sob as categorias do agir racional-com-respeito-a-fins e do comportamento adaptativo.

O modelo, conforme o qual uma reconstrução planejada da sociedade deve ser feita, é tirado da análise do sistema. É possível, em princípio, conceber e analisar empresas e organizações singulares, mas também sistemas parciais políticos ou econômicos e sistemas sociais no seu todo, segundo o esquema dos sistemas auto-regulados. Sem dúvida faz diferença usar um quadro de referência cibernético para fins analíticos ou *instalar* um sistema social dado segundo esse esquema, enquanto sistema-homem-máquina. Mas a transposição do modelo analítico para o plano da organização social está contido no próprio ponto de partida da análise de sistemas. Quando seguimos essa intenção de auto-estabilização de sistemas sociais, análoga à dos instintos, surge uma perspectiva peculiar, segundo a qual a estrutura de um dos dois tipos de ação, a saber, a esfera de funções do agir racional-com-respeito-a-fins não só se torna preponderante face à contextura institucional, como também absorve pouco a pouco o agir comunicativo como tal. Se considerarmos, como faz Arnold Gehlen, que a lógica interna do desenvolvimento técnico manifesta-se no fato de que a esfera das funções do agir racional-com-respeito-a-fins desvincula-se passo a passo do substrato do organismo humano e é transposta para o plano das máquinas, então aquela intenção orientada tecnocraticamente poderia ser compreendida como a última fase desse desenvolvimento. O homem pode não somente, enquanto *homo faber*, auto-objetivar-se completamente pela primeira vez e defrontar-se com suas realizações que, nos seus produtos, dele se tornaram independentes; ele pode além disso, enquanto *homo fabricatus*, ser por sua vez integrado a seus dispositivos técnicos, caso se consiga projetar a estrutura do agir racional-com-respeito-a-fins sobre o plano dos sistemas sociais. O quadro institucional da sociedade, que até agora era sustentado por um outro tipo de ação, seria agora então *absorvido*, por sua vez, em consequência dessa idéia, pelos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins que nele estavam encaixados.

Decerto, essa intenção tecnocrática não é realizada em nenhum lugar nem mesmo em esboço. Mas ela serve, por um lado, como ideologia para uma nova política orientada para tarefas técnicas que põem entre parênteses as questões práticas; e, por outro lado, ainda assim ela caracteriza certas tendências de desenvolvimento que podem levar a uma erosão furtiva daquilo que chamamos de quadro institucional. A dominação manifesta do Estado autoritário cede às coações manipulativas da administração técnico-operativa. A imposição moral de uma ordem sancionada e, ao mesmo tempo, de um agir comunicativo, orientado para o sentido verbalmente articulado e que pressupõe a interiorização de normas, é substituída, numa extensão cada vez maior, pelos modos de comportamento condicionados, enquanto as grandes organizações como tais se submetem cada vez mais à estrutura do agir racional-com-respeito-a-fins. As sociedades industrialmente desenvolvidas parecem aproximar-se do modelo de um controle de comportamento que, em vez de ser guiado por normas, é antes dirigido por excitantes externos. A direção indireta por estímulos estabelecidos aumentou, principal-

mente nos setores da liberdade aparentemente subjetiva (comportamento nas eleições, no consumo, no tempo livre). A rubrica social-psicológica da nossa época é caracterizada menos pela personalidade autoritária do que pela desestruturação do superego. Um aumento de *comportamento adaptativo* é apenas o reverso da medalha de um processo de dissolução da esfera de interação verbalmente mediada, dentro da estrutura do agir racional-com-respeito-a-fins. A isso corresponde, do lado do sujeito, o fato de que a diferença entre agir racional-com-respeito-a-fins e interação desaparece da consciência, não apenas da ciência do homem, mas também da consciência do próprio homem. A força ideológica da consciência tecnocrática confirma-se no encobrimento dessa diferença.

VII

Devido às duas tendências de desenvolvimento acima mencionadas, a sociedade capitalista modificou-se a tal ponto que as duas categorias chaves da teoria de Marx, a saber, luta de classes e ideologia, não podem mais ser aplicadas sem restrições.

Sobre o fundamento do modo de produção capitalista *a luta de classes sociais* constitui-se como tal pela primeira vez, criando assim uma situação objetiva a partir da qual foi possível *reconhecer* retrospectivamente a estrutura de classe das sociedades tradicionais, cuja constituição era imediatamente política. O capitalismo regulado pelo Estado, surgido a título de reação contra as ameaças ao sistema, geradas pelo antagonismo aberto entre as classes, vem apaziguar o conflito de classes. O sistema do capitalismo em fase tardia é definido por uma política de indenizações que garante a fidelidade das massas assalariadas, isto é, por uma política de evitar conflitos, de tal modo que o conflito que, tanto agora como antes, é incorporado na estrutura da sociedade, com a valorização do capital à maneira da economia privada, é aquele conflito que permanece latente com uma probabilidade relativamente maior. Ele recua face a outros conflitos que de certo também dependem do modo de produção, porém, que não podem mais tomar a forma de um conflito de classes. No seu artigo já citado, Claus Offe analisou o seguinte estado de coisas paradoxal: a probabilidade de que os conflitos abertos se inflamem em razão dos interesses sociais é tanto maior quanto menos perigosas para o sistema forem as conseqüências da violação desses interesses. Prenhes de conflito são as necessidades que se encontram na periferia do domínio de ação do Estado, pois elas estão distantes do conflito central mantido latente e, por isso, não têm prioridade na defesa contra os perigos. Essas necessidades se constituem em ocasiões de inflamação dos conflitos, na medida em que as intervenções do Estado, distribuídas de maneira desproporcional, geram setores de desenvolvimento atrasados e tensões correspondentes, causadas pelas disparidades: "A disparidade dos setores da vida cresce, antes de tudo, com respeito à diferença quanto ao nível de desenvolvimento entre o nível efetivamente institucionalizado e o nível possível de desenvolvimento técnico e social: a desproporção entre os modernos aparatos industrial e militar e a organização estagnante do

sistema de transporte, de saúde pública e de educação é um exemplo tão conhecido dessa disparidade dos setores da vida quanto a contradição entre o planejamento e a regulação racional da política tributária e financeira, e o desenvolvimento, por crescimento natural, de cidades e regiões. Tais contradições não podem mais ser adequadamente interpretadas como antagonismo entre classes, e sim como resultados do processo de valorização do capital ao modo da economia privada, dominante tanto hoje como outrora, e de uma relação de dominação especificamente capitalista: nessa relação são dominantes aqueles interesses que, sem serem localizáveis de uma maneira inequívoca, estão em condições de, baseados na mecânica estabelecida da economia capitalista, reagir à violação das condições de estabilidade, gerando riscos relevantes”.

Os interesses que se prendem à manutenção do modo de produção não são mais “univocamente localizáveis” dentro do sistema como interesses de classe. Pois o sistema de dominação orientado para evitar as ameaças ao sistema exclui justamente uma “dominação” (no sentido de uma dominação social imediatamente política ou economicamente mediatizada), cujo exercício dê lugar a que um sujeito-classe se *defronte* com outro, enquanto grupo identificável.

Isto não significa superação, mas *latência da oposição entre classes*. Ainda assim, continuam a existir diferenças específicas a cada classe, em forma de tradições subculturais e de diferenças correspondentes não só no nível e nos hábitos da vida mas também nas atitudes políticas. Além disso, há uma probabilidade, condicionada pela estrutura social, de que a classe assalariada seja atingida, mais duramente do que os outros grupos, pelas disparidades sociais. E, finalmente, o interesse generalizado pela manutenção do sistema, no plano das chances imediatas da vida, permanece ainda hoje ancorado numa estrutura de privilégios: o conceito de um interesse que se torne *completamente* independente face aos sujeitos vivos deveria superar-se a si mesmo. Mas, no capitalismo regulado pelo Estado, a dominação política assimilou, com a defesa contra as ameaças do sistema, o interesse pela manutenção da fachada de distribuição compensatória que transcende os limites de classes latentes.

Por outro lado, o deslocamento da zona de conflito, dos limites entre as classes, para os setores subprivilegiados da vida, não implica de modo algum a eliminação do importante potencial de conflito. Tal como nos mostra o exemplo extremo do conflito racial nos EUA, em determinados setores e grupos podem acumular-se tantas conseqüências da disparidade que se chega a explosões semelhantes à guerra civil. Mas, sem conexão com potenciais de protesto de outra origem, todos os conflitos que surgem de tais situações de *subprivilégio* são caracterizados pelo fato de provocarem eventualmente duras reações por parte do sistema — reações que não são mais conciliáveis com a democracia formal — sem que propriamente sejam capazes de revolucioná-lo. Pois os grupos subprivilegiados não são de modo algum classes sociais; eles nunca representam, nem mesmo potencialmente, a massa da população. O *processo de privação dos seus direitos* e sua pauperização não coincidem mais com a *exploração*, pois o sistema não vive mais de seu trabalho. Eles podem decerto representar uma fase passada

da exploração. Mas as pretensões que eles legitimamente defendem não podem ser impostas por uma recusa de cooperação: é por isso que elas conservam o caráter de um apelo. No caso de uma desconsideração a longo prazo de suas legítimas pretensões, os grupos subprivilegiados podem, *in extremis*, reagir com uma destruição e uma autodestruição disparatada: todavia, uma tal guerra civil carecerá das chances de sucesso revolucionário próprias à luta de classes, enquanto não houver coalizões com grupos privilegiados.

Com uma série de restrições, esse modelo parece ser aplicável até mesmo às relações entre as sociedades industrialmente desenvolvidas e as suas antigas colônias do Terceiro Mundo. Aqui também uma forma de subprivilégio é consequência de uma disparidade crescente que, sem dúvida, cada vez menos poderá ser compreendida, no futuro, dentro das categorias da exploração. Decerto, nesse nível, os interesses imediatamente militares ocupam o lugar dos interesses econômicos.

Seja como for, caso os limites de subprivilégio continuem a ser específicos aos grupos, sem percorrerem diagonalmente diferentes categorias da população, na sociedade capitalista em fase tardia, os grupos espoliados e os privilegiados não mais se defrontarão *como* classes sócio-econômicas. Fica assim mediatizada a relação fundamental que existiu em todas as sociedades tradicionais e que, como tal, manifestou-se no capitalismo liberal: a oposição de classe entre os parceiros que se encontram numa relação institucionalizada de violência, de exploração econômica e de opressão política, onde a comunicação é deformada e restringida a tal ponto que as legitimações que servem como cobertura ideológica não podem ser postas em questão. A totalidade moral (*sittliche*) hegeliana de uma contextura da vida, rompida quando *um* sujeito não satisfaz reciprocamente as necessidades *do outro*, não é mais o modelo adequado para a relação mediatizada entre as classes na fase tardia do capitalismo organizado. A dialética imobilizada do moral (*des Sittlichen*) gera uma aparência peculiar de pós-história. A razão disso é que o crescimento relativo das forças produtivas não representa mais *eo ipso* um potencial transbordante e rico em consequências emancipatórias, que pudesse romper as legitimações de uma ordem de dominação existente. Pois, desde agora, a principal força produtiva, o próprio progresso técnico-científico assimilado à administração, tornou-se fundamento da legitimação. Essa nova forma de legitimação perdeu contudo a antiga figura de *ideologia*.

A consciência tecnocrática é, por um lado, "menos ideológica" que todas as ideologias anteriores; pois ela não possui a violência opaca de um ofuscamento que joga apenas com a ilusão de satisfação dos interesses. Por outro lado, a vítrea ideologia de fundo hoje dominante, que transforma a ciência em fetiche, é mais irresistível e mais abrangente do que as ideologias do tipo antigo, pois com o velamento das questões práticas, ela não somente justifica um interesse de dominação parcial de uma *classe determinada* e oprime a necessidade parcial de emancipação por parte *de outra classe*, como também atinge o interesse emancipatório da espécie humana, como tal.

A consciência tecnocrática não consiste na racionalização de nenhum desejo imaginário, nenhuma ilusão, no sentido de Freud, na qual uma contextura de interações fosse, quer representada, quer construída e fundamentada. As ideologias burguesas ainda podem ser remetidas à figura fundamental da interação justa e livre de dominação, satisfatória para os dois lados. São exatamente elas que preenchem os critérios de realização dos desejos e de satisfação compensatória, fundamentadas numa comunicação tão restringida pela repressão, que a relação de violência, antes institucionalizada juntamente com a relação de capital, não pode mais ser chamada pelo seu nome. Entretanto, a causalidade dos símbolos cindidos e dos motivos inconscientes — que, tanto quanto a força da reflexão, à qual se deve a crítica de ideologia, produz falsa consciência — não mais fundamenta da mesma maneira a consciência tecnocrática. Essa consciência é menos vulnerável à reflexão, visto que não é mais apenas ideologia. Pois ela não mais exprime uma projeção do “bem-viver” que, se não puder ser identificada com a vil realidade, pode, pelo menos, ser ligada a ela numa conexão virtualmente satisfatória. Decerto, assim como a antiga, a nova ideologia também serve para impedir a tematização dos fundamentos da sociedade. Outrora, era a violência social que era subjacente à relação entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados; hoje são as condições estruturais que definem por antecipação as tarefas de manutenção do sistema, a saber, a forma de economia privada de valorização do capital e uma forma política de distribuição das compensações sociais que garante a fidelidade das massas. Contudo, a nova ideologia difere da antiga em dois aspectos.

Em primeiro lugar, a relação de capital, por estar vinculada ao modo político de distribuição que garante a fidelidade, hoje não fundamenta mais uma exploração e uma opressão *sem corretivos*. O fato de que a permanente oposição entre as classes se tenha tornado virtual tem como pressuposto o de que a repressão que a fundamenta tenha historicamente chegado à consciência, para só então, em forma modificada, vir a ser estabilizada como propriedade do sistema. Em consequência, a consciência tecnocrática não poderá repousar sobre um recalque coletivo, da mesma maneira que as ideologias antigas. Em segundo lugar, a fidelidade das massas só pode ser conseguida com o auxílio das compensações das *necessidades privatizadas*. A interpretação das realizações, pelas quais o sistema se justifica, em princípio não deve ser política: ela se refere imediatamente à partilha, neutra quanto à sua aplicação, do dinheiro e do tempo livre de trabalho, e, mediatamente, à justificação tecnocrática da exclusão das questões práticas. Portanto, a nova ideologia difere das mais antigas por separar os critérios de justificação da organização da vida em comum e, portanto, das regulamentações normativas da interação; nesse sentido ela os despolitiza, fixando-se, ao contrário, nas funções de um sistema subordinado ao agir racional-com-respeito-a-fins.

Na consciência tecnocrática o que se espelha não é o rompimento (*Diremption*) de uma contextura moral, e sim o recalque da “moralidade” enquanto categoria das relações da vida em geral. O senso comum positivista põe fora de ação o sistema de referência da interação em linguagem corrente, na qual dominação

e ideologia surgem sob condições de comunicação deformada, mas onde elas também podem ser reflexivamente evidenciadas. A despoltização da massa da população, legitimada pela consciência tecnocrática, é ao mesmo tempo uma auto-objetivação do homem tanto nas categorias do agir racional-com-respeito-a-fins como nas do comportamento adaptativo: os modelos coisificados das ciências se imiscuem no mundo do viver sócio-cultural e adquirem poder objetivo sobre a autocompreensão. O núcleo ideológico dessa consciência é a *eliminação da diferença entre práxis e técnica* — um espelhamento, mas não o conceito de uma nova constelação que envolve, por um lado, o quadro institucional que perdeu sua força, e, por outro lado, os sistemas do agir racional-com-respeito-a-fins, que se tornaram independentes.

A nova ideologia fere, portanto, um interesse que se prende a uma das duas condições fundamentais da nossa existência cultural: a linguagem, ou, mais precisamente, a forma de socialização e de individuação determinada pela comunicação na linguagem corrente. Esse interesse se estende tanto à manutenção de uma intersubjetividade de compreensão mútua como à produção de uma comunicação livre de dominação. A consciência tecnocrática faz desaparecer esse interesse prático, por trás do interesse pela ampliação do nosso poder de manipulação técnica. A reflexão provocada pela nova ideologia deve ir além de qualquer interesse de classe historicamente determinado e pôr a descoberto a textura de interesses de uma espécie, como tal, que se constitui a si mesma.²⁰

VIII

Caso se confirme a relativização do domínio de aplicação do conceito de ideologia e a da teoria de classes, o quadro categorial, no qual Marx desenvolveu as *teses fundamentais do materialismo histórico*, precisará também de uma reformulação. A conexão entre as forças produtivas e as relações de produção deveria ser substituída por uma outra mais abstrata, entre trabalho e interação. As relações de produção caracterizam um plano, ao qual o quadro institucional só se amarrou durante a fase de desenvolvimento do capitalismo liberal — antes e depois dela isso ocorreu. Por outro lado, as forças produtivas, nas quais se acumulam os processos de aprendizagem organizados nos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins, eram decerto, desde o início, o motor do desenvolvimento social, mas não parecem ser, *em todas as circunstâncias*, como Marx havia suposto, um potencial de liberação ou algo que desencandeie movimentos emancipatórios — em todo caso, elas não mais parecem ser assim, desde que o crescimento contínuo das forças produtivas tornou-se dependente de um progresso técnico-científico que desempenha *ao mesmo tempo a função de legitimar a dominação*. Minha hipótese é a de que o sistema de referência, desenvolvido a partir de uma relação análoga, e contudo mais geral, entre o quadro institucional (interação) e os subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins ("trabalho", no sentido mais

²⁰ Cf. *Erkenntnis und Interesse*, pp. 146 ss. (N. do A.) Neste volume, pp. 285 ss. (N. do T.)

amplo do agir instrumental e estratégico) é mais apropriado para reconstituir as etapas sócio-culturais da história da espécie.

Certos fatos vêm dar apoio à suposição de que, durante o longo período inicial até o fim do mesolítico, uma ação racional-com-respeito-a-fins só podia ser motivada por uma ligação ritual às interações. Uma esfera profana dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins parece ter-se separado das interpretações e das formas de ação da convivência comunicativa entre sujeitos, nas primeiras culturas sedentárias que se baseiam no pastoreio e no plantio. Contudo, só dentro das condições de cultura avançada de uma sociedade estatalmente organizada é que foi possível haver uma diferenciação suficientemente profunda entre trabalho e interação a ponto de permitir que os subsistemas produzissem um saber tecnicamente utilizável que pudesse ser estocado e ampliado de maneira relativamente independente das interpretações sociais do mundo; ao passo que as normas sociais separaram-se das tradições legitimadoras de dominação, de modo que a "cultura" adquiriu uma certa independência face às instituições. A etapa dos tempos modernos seria então caracterizada por aquele processo de racionalização que começa quando o quadro institucional deixa de ser "invulnerável" aos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins. As legitimações tradicionais tornam-se criticáveis, à luz dos padrões de racionalidade das relações meio-fim; as formações do setor do saber tecnicamente utilizável entraram competitivamente na tradição e forçaram a reconstrução de interpretações tradicionais do mundo.

Acompanhamos o processo da "racionalização de cima para baixo" até o ponto em que a própria técnica e a própria ciência começaram a assumir, na forma de uma consciência comum positivista — e articulada como consciência tecnocrática —, o valor histórico de uma ideologia-sucedâneo das ideologias burguesas desmontadas. A esse ponto se chega pela crítica das ideologias burguesas; é essa a origem da ambigüidade no conceito de racionalização. Horkheimer e Adorno decifraram nessa ambigüidade a dialética do iluminismo; e a dialética do iluminismo se torna ainda mais aguçada na tese de Marcuse, segundo a qual a própria técnica e a própria ciência tornam-se ideológicas.

O modelo do desenvolvimento sócio-cultural da espécie foi determinado desde o início, de um lado, por um crescente poder de manipulação técnica sobre as condições externas da existência e, de outro lado, por uma adaptação mais ou menos passiva do quadro institucional aos subsistemas ampliados do agir racional-com-respeito-a-fins. O agir racional-com-respeito-a-fins representa a forma de adaptação ativa que caracteriza a autoconservação coletiva dos sujeitos socializados, face à conservação da espécie no reino animal. Sabemos como submeter a controle as condições relevantes da vida, isto é: como podemos adaptar culturalmente as circunstâncias às nossas necessidades, em vez de nos adaptarmos apenas à natureza externa. Em oposição a isso, as modificações do quadro institucional, na medida em que são imediata ou mediatamente redutíveis a novas tecnologias ou estratégias aperfeiçoadas (nos setores da produção, do transporte, do exército), não receberam uma forma semelhante de adaptação ativa. De modo geral, tais modificações obedecem ao modelo de adaptação passiva. Elas não são

o resultado de um agir planejado racional-com-respeito-a-fins e controlado pelo sucesso, e sim o produto de um desenvolvimento por crescimento natural. Entretanto, não era possível tomar consciência dessa incongruência entre adaptação ativa, por um lado, e adaptação passiva, por outro, enquanto a dinâmica do desenvolvimento capitalista permanecia encoberta pelas ideologias burguesas. Só com a crítica dessas ideologias burguesas é que aquela desproporção entra no domínio da consciência pública.

O documento mais impressionante dessa experiência continua sendo o *Manifesto Comunista*. Marx celebra com rasgados elogios o papel revolucionário da burguesia: "A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção, portanto, as relações de produção e, por conseguinte, o conjunto das relações sociais". E adiante: "A burguesia, na sua dominação de classe que mal teve a duração de um século, criou forças produtivas mais numerosas e colossais que todas as gerações passadas, em conjunto. A subjugação das forças da natureza, a maquinaria, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, a estrada de ferro, os telégrafos a fio, o desbravamento de continentes inteiros, o melhoramento dos rios, tornando-os navegáveis, populações inteiras brotando da terra como por encanto [...]!" Marx também percebe o reflexo sobre o quadro institucional: "Dissolvem-se todas as relações rígidas e enferrujadas, com o seu séquito de representações e de concepções secularmente veneradas e todas as relações recém-produzidas tornam-se antiquadas antes de poderem ossificar-se. Tudo o que é estamental e estagnado se evapora, tudo o que é sagrado é profanado, e os homens são finalmente obrigados a encarar com sobriedade suas relações recíprocas".

É a partir da incongruência entre adaptação passiva do quadro institucional e "subjugação ativa da natureza" que se cunhou a célebre proposição segundo a qual os homens fazem a sua história porém não com consciência e vontade. O objetivo da crítica de Marx era o de transformar aquela adaptação secundária do quadro institucional também numa adaptação ativa, e de submeter a controle a mudança estrutural da própria sociedade. Assim, uma relação fundamental de toda a história anterior devia ser superada e a autoconstituição da espécie ser completada: o fim da pré-história. Porém essa idéia era ambígua.

Decerto, Marx encarou o problema de fazer história, com consciência e vontade, como tarefa de um domínio *prático* dos processos de desenvolvimento social até então não controlados. Mas os outros compreenderam esse problema como uma tarefa *técnica*: ao reconstruir a sociedade segundo o modelo dos sistemas auto-regulados do agir racional-com-respeito-a-fins e do comportamento adaptativo, eles pretendem controlar a sociedade *do mesmo modo* que controlam a natureza. Essa intenção se encontra não somente entre os tecnocratas do planejamento capitalista, mas também entre os do socialismo burocrático. Contudo, a consciência tecnocrática obnubila o fato de que *enquanto* contextura de interação mediada pela linguagem corrente, o quadro institucional só poderia ser dissolvido pelo modelo dos sistemas do agir racional-com-respeito-a-fins, ao preço do fechamento da única dimensão que é essencial, por ser susceptível de humanização.

No futuro, o repertório das técnicas de controle será consideravelmente ampliado. Na lista, feita por Hermann Kahn, das invenções técnicas prováveis dentro dos próximos 33 anos,²¹ descubro, entre os primeiros cinquenta itens, um grande número de técnicas de controle do comportamento e de modificação da personalidade: 30. outras técnicas novas e possivelmente universais de vigilância, monitoragem e controle de indivíduos e organizações; 33. técnicas novas e mais seguras “de educação” e de propaganda que afetam o comportamento humano — público e privado; 34. uso prático da comunicação eletrônica direta com o cérebro e de estimulação cerebral; 37. técnicas novas e relativamente eficientes de contra-revolta; 39. drogas novas e mais variadas para controlar a fadiga, para o relaxamento, prontidão mental, humor, personalidade, percepções e fantasias; 41. capacidade aperfeiçoada de “mudar” o sexo; 42. outro controle genético ou influência sobre a constituição básica de um indivíduo. — Um prognóstico dessa espécie é extremamente discutível. Ainda assim, ele aponta para um setor de chances futuras de desatrelar o comportamento humano de um sistema de normas vinculado à gramática dos jogos de linguagem e de, em vez disso, integrá-lo por uma influência direta, física ou psicológica, nos sistemas auto-regulados do tipo homem-máquina. As manipulações psicotécnicas do comportamento já hoje podem excluir os rodeios fora de moda que passam por normas interiorizadas, porém, acessíveis à reflexão. As intervenções biotécnicas no sistema endócrino de controle e sobretudo as intervenções na transmissão genética das informações herdadas podem amanhã tornar ainda mais profundo o controle do comportamento. Então, as zonas de consciência mais antigas, desenvolvidas na comunicação em linguagem corrente, deveriam secar por completo. Nesse nível de técnicas de manipulação do homem — caso fosse possível falar do fim das manipulações psicológicas, num sentido análogo àquele em que se fala hoje do fim das ideologias políticas — a alienação crescida naturalmente, o atraso não controlado do quatro institucional, seria superada. Mas então a auto-objetivação do homem se teria completado numa alienação planejada — os homens fariam sua história com vontade mas não com consciência.

Não estou afirmando que este sonho cibernético de uma auto-estabilização ao modo instintivo da sociedade esteja sendo realizado ou mesmo que ele seja realizável. Acredito, contudo, que ele leve às últimas conseqüências, à maneira das utopias negativas, as vagas hipóteses básicas da consciência tecnocrática, e que caracterize assim uma linha de desenvolvimento que se anuncia como ideologia sob a dominação suave da ciência e da técnica. Antes de mais nada, destaca-se nesse pano de fundo, com toda clareza, a necessidade de distinguir *dois conceitos de racionalização*. No nível dos subsistemas do agir racional-com-respeito-a-fins, o progresso técnico-científico que já forçou a reorganização de instituições e setores parciais da sociedade, exige-se ainda em maior medida. Mas esse processo de desenvolvimento de forças produtivas pode tornar-se um potencial de liberação quando e só quando não substitui a racionalização num outro

²¹ “Toward the Year 2000”, in *Daedalus*, 1967. (N. do A.) Tradução brasileira, *O ano 2000*, Melhoramentos, S. Paulo, 1969. (N. dos T.)

plano. A racionalização no plano do quadro institucional só se pode perfazer num meio de interação verbalmente mediatizada, a saber, por uma *decompressão no domínio comunicativo*. A discussão pública, que não sofre restrições e que é isenta de dominação, sobre a adequação e a conveniência de princípios e normas que orientem o agir à luz dos reflexos sócio-culturais dos subsistemas progressivos do agir racional-com-respeito-a-fins — uma comunicação dessa espécie, em todos os níveis dos processos políticos e repolitizados de formação da vontade, é o único meio no qual algo como uma "racionalização" é possível. Num tal processo de reflexão generalizada, as instituições seriam modificadas na sua composição específica para além dos limites de uma mera mudança de legitimação. Uma racionalização das normas sociais seria caracterizada precisamente por um grau reduzido de regressividade (o que, no plano da estrutura da personalidade, deveria fazer crescer a média de tolerância, face ao conflito entre os papéis). Além disso, por uma diminuição do grau de rigidez (o que deveria multiplicar as chances de uma autopresentação na interação diária adequada do ponto de vista individual) e finalmente pela aproximação a um tipo de controle do comportamento que autorizasse a distância entre os papéis e uma aplicação flexível de normas firmemente interiorizadas e contudo acessíveis à reflexão. A racionalização medida pelas modificações nessas três dimensões não conduz, como a racionalização dos sistemas racionais-com-respeito-a-fins, a um crescimento do poder de manipulação técnica sobre processos objetualizados da natureza e da sociedade; ela não conduz por si só a um melhor funcionamento dos sistemas sociais, mas ela ofereceria aos membros da sociedade as chances de uma emancipação mais ampla e de uma individuação progressiva. O crescimento das forças produtivas não coincide com a intenção do "bem-viver" mas pode, em todo caso, ser útil a essa intenção.

Não creio que ainda seja adequada ao capitalismo a concepção de que há potencial tecnologicamente transbordante que não se esgote dentro de um quadro institucional mantido por repressão (Marx fala em forças produtivas "acorrentadas"). A melhor utilização de um potencial não realizado conduz a uma melhora do aparato sócio-econômico, mas hoje não conduz mais *eo ipso* a uma modificação do quadro institucional, com conseqüências emancipatórias. A questão não é a de saber se conseguimos *esgotar* um potencial disponível ou a ser ainda desenvolvido, mas a de saber se *escolhemos* aquilo que podemos querer para os fins de uma pacificação e satisfação da existência. Mas logo se deve acrescentar que essa é uma questão que pode apenas ser posta sem que possa ser respondida por antecipação; ela requer, muito mais, aquela comunicação descomprimida sobre os objetivos da *práxis* da vida a cuja tematização o capitalismo em fase tardia, dependente estruturalmente de uma opinião pública despolitizada, decerto opõe resistência.

IX

Sem levar em conta os conflitos à margem do sistema, que se devem a disparidades, uma nova zona de conflito só pode surgir, no lugar da virtualizada oposi-

ção de classes, quando a sociedade capitalista em fase tardia precisar tornar-se imune contra o questionamento de sua tecnocrática ideologia de fundo, por meio de uma despolitização da massa da população: justamente no sistema do domínio público, governado pelos meios de comunicação de massa. Pois só aqui pode ser fortalecido o encobrimento, indispensável ao sistema, da diferença entre progressos em sistemas do agir racional-com-respeito-a-fins e modificações emancipatórias do quadro institucional — entre questões técnicas e práticas. As definições admitidas no domínio público se aplicam *àquilo* que queremos para a nossa vida, mas não ao *como* gostaríamos de viver, se pudéssemos, tendo em vista os potenciais que podem ser atingidos, descobrir como *poderíamos* viver.

É difícil fazer um prognóstico sobre quem inflamará essa zona de conflito. Nem a antiga oposição de classes nem os subprivilégios do novo tipo contêm potenciais de protesto que, segundo sua origem, tendam para uma repolitização do ressequido domínio público. Por enquanto, o único potencial de protesto que, através de interesses reconhecíveis, dirige-se para a nova zona de conflito, surge entre certos grupos de estudantes universitários e secundaristas. Ao dizer isso, três constatações podem servir-nos de pontos de apoio:

1. O grupo de protesto dos estudantes universitários e secundaristas é privilegiado. Ele não representa interesses que decorram imediatamente da sua posição social e que possam ser satisfeitos, em conformidade com o sistema, por um aumento de compensações sociais. As primeiras pesquisas americanas²² sobre os ativistas estudantis confirmam a tese de que, na maioria dos casos, não se trata das partes do corpo estudantil em ascensão inicial, mas das partes de *status* favorecido, recrutadas em camadas sociais economicamente remediadas.

2. As propostas de legitimação do sistema de dominação não parecem convincentes para esse grupo por razões defensáveis. O programa sócio-estatal de substitutos para as ideologias burguesas em decomposição pressupõe uma certa orientação de *status* e do desempenho. Porém, segundo as pesquisas mencionadas, os estudantes ativistas dirigem-se às carreiras profissionais e à futura família de maneira menos privatista do que os outros estudantes. Seu desempenho acadêmico, que está, na maioria das vezes, acima da média, e sua origem social não privilegiam um horizonte de expectativas determinado pelas coações antecipadas do mercado de trabalho. Os estudantes ativos, que provêm, com relativa frequência, do ramo das ciências sociais e das ciências filológico-históricas, são relativamente imunes à consciência tecnocrática, pois, embora por diferentes motivos, nos dois casos, as experiências originárias do próprio trabalho científico não se harmonizam com as suposições tecnocráticas fundamentais.

3. Nesse grupo, um conflito pode ser inflamado não pela **quantidade** de disciplinas e encargos exigidos, mas pela *espécie* de privação imposta. Os estudantes universitários e secundaristas não lutam por uma maior participação nas compen-

²² S. M. Lipset, P. G. Altbach, "Student Politics and Higher Education in the USA", in S. M. Lipset, org., *Student Politics*, Nova York, 1967; R. Flacks, "The Liberated Generation. An Exploration of the Roots of Student Protest", in *Journ. Soc. Issues*, Juli 1967; K. Keniston, *The Sources of Student Dissent*, op. cit.

sações sociais correspondentes às categorias já disponíveis: renda e tempo livre de trabalho. Seu protesto se dirige, antes, contra a própria categoria de "compensação". Os poucos dados que temos à mão confirmam a suposição de que o protesto dos jovens que provêm dos lares burgueses não coincide mais com o modelo do conflito de autoridade já costumeiro há muitas gerações. Os estudantes ativos têm com freqüência pais que compartilham de suas atitudes críticas. Eles foram criados, na sua maioria, com mais compreensão psicológica e segundo princípios educacionais mais liberais do que os grupos de comparação não ativos.²³ Sua socialização parece ter-se processado, antes, em subculturas livres de pressão imediata, nas quais as tradições da moral burguesa e suas derivações pequeno-burguesas haviam perdido a função, de modo que o treinamento para a virada em direção de orientações valorativas do agir racional-com-respeito-a-fins não inclui mais a fetichização desse agir. Essas técnicas educativas são capazes de possibilitar experiências e favorecer orientações que se chocam com a *forma de vida* conservativa de uma economia de pobreza. Sobre essa base poderia configurar-se uma incompreensão ao nível dos princípios, relativa à insensata reprodução de virtudes e sacrifícios que se tornaram supérfluos — uma incompreensão da razão pela qual, apesar do avançado estágio de desenvolvimento tecnológico, a vida individual é determinada, agora como antes, pelos ditames do trabalho profissional, pela ética da concorrência no desempenho, pela pressão da concorrência de *status*, pelos valores da coisificação possessiva e das satisfações pelos sucedâneos oferecidos no mercado, uma incompreensão da razão pela qual é mantida a luta institucionalizada pela existência, a disciplina do trabalho alienado, anulação da sensibilidade e da satisfação estética.

Tornou-se insuportável a essa sensibilidade a exclusão das questões práticas do domínio público despolitizado. Só será possível surgir daí uma força política, se aquela sensibilização for afetada por uma questão relativa ao sistema, que seja insolúvel. Prevejo para o futuro *um* problema dessa espécie. A escala de riqueza social, produzida por um capitalismo industrialmente desenvolvido, e as condições tanto técnicas como organizatórias, nas quais essa riqueza é gerada, fazem com que seja cada vez mais difícil ligar a atribuição de *status* aos mecanismos de avaliação do desempenho individual de uma maneira pelo menos subjetivamente convincente.²⁴ Por conseguinte, o protesto dos estudantes universitários e secundaristas poderia, a longo prazo, destruir definitivamente essa enfraquecida ideologia de legitimação e, com isso, fazer desmoronar a base, aliás frágil, de legitimação do capitalismo em fase tardia, protegida apenas pela despolitização.

²³ Cf. Flacks: "Os ativistas são mais radicais que seus pais; mas os pais dos ativistas são decididamente mais liberais do que outros pais de mesmo *status*"; "O ativismo é relacionado a um complexo de valores não ostensivamente políticos, compartilhados tanto pelos estudantes como por seus pais"; "Os pais de ativistas são mais 'permissivos' do que os pais de não ativistas".

²⁴ Cf. R. L. Heilbroner, *The Limits of American Capitalism*, Nova York, 1966.